

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

DAYANE NOVAES BUFETI

**O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO NA QUALIFICAÇÃO DAS AÇÕES
SOCIOEDUCATIVAS**

São Paulo

2016

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

DAYANE NOVAES BUFETI

**O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO NA QUALIFICAÇÃO DAS AÇÕES
SOCIOEDUCATIVAS**

Monografia, exigência parcial de avaliação apresentada no curso de Especialização, *Lato sensu* Gestão Educacional e Escolar, da Faculdade de Educação, Coordenadoria Geral de Especialização, Aperfeiçoamento e Extensão - COGEAE, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP.

Orientadora:

Prof.^a Dr.^a Maria Otilia J. M. Mathias

São Paulo

2016

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

DAYANE NOVAES BUFETI

O Projeto Político Pedagógico na qualificação das ações socioeducativas

Monografia apresentada à Banca Examinadora como exigência parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Educacional e Escolar (GEE), sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Maria Otília José M. Mathias.

Aprovada em _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Helena Machado de Paula Albuquerque.

Prof.^a Dr.^a Maria Otília José Montessanti Mathias

Prof.^a Dr.^a Maria Celina Teixeira Vieira

São Paulo

2016

RESUMO

Este estudo aborda uma proposta de elaboração e implementação do Projeto Político Pedagógico (PPP) para Centro Comunitário, utilizando como método as pesquisas bibliográficas, como forma de constituir diálogos pertinentes entre os objetivos da Instituição estudada, os usuários do serviço e a comunidade, efetivando, assim, as práticas pedagógicas por profissionais motivados e preparados para a dinâmica do dia a dia, com clareza do seu papel educativo. Os Centros Comunitários de Assistência Social, da Legião da Boa Vontade — LBV, que foram objetos deste estudo, são espaços que em sua proposta pedagógica levam em consideração as vivências dos usuários desse serviço. E para pensar esses espaços é preciso ter a consciência de que as crianças, adolescentes e jovens precisam se expressar, demonstrar o que sentem, dizer o que pensam sobre o mundo que os cerca. Para promover esses espaços de diálogo, propomos a construção do Projeto Político Pedagógico, com suas intenções, objetivos e metas direcionados à transformação das experiências de organização do trabalho em momentos de planejamento que serão colocados em prática na efetivação dos objetivos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). Além de fazer, é preciso refletir sobre o que se faz, pensa e planeja. O PPP, como instrumento de democracia e participação, legitima as ações para o alcance dos resultados almejados na proposta do serviço.

Palavras-chave: Projeto Político Pedagógico, Práticas Pedagógicas, Planejamento, Participação.

ABSTRACT

This study addresses the proposal for design and implementation of the Pedagogic Political Project (PPP) for Community Center, using the method literature searches, in order to be relevant dialogue between the objectives of the study institution, service users and the community, making effective so pedagogical practices for motivated professionals and prepared for the dynamics of everyday life and have clarity of Their educational role. The Community Centers for Social Assistance, the Legion of Good Will - LBV that were objects of study, are spaces in your pedagogical proposal take into account the livings of users of this service. And to think these spaces you need to be aware that children, adolescents and young people, referring in this study need to express themselves, show what they feel, say what you think about the world around them, and for us to promote these dialogue spaces we propose the construction of Pedagogical Policy Project, with its intentions, objectives and targets directed the transformation of the organization of experience of work in times of planning which will be put in place to give effect to the objectives of the Living Service and Strengthening Linkages. In addition to making, it is necessary to think about what you do, think and plan. PPP as an instrument of democracy and participation legitimizes the actions to achieve the desired results in the service proposal.

Keywords: Pedagogical Political Project, Pedagogical Practices, Planning, Participation.

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1 Introdução..... | 6 |
| 2 Práticas pedagógicas nas ações socioassistenciais..... | 10 |
| 2.1 As ações socioassistenciais concretizadas por meio das práticas pedagógicas. | 11 |
| 2.2 Ações e espaços socioeducativos..... | 12 |
| 3 Proposta de elaboração e implementação do Projeto Político Pedagógico ... | 15 |
| 3.1 Fluxogramas da instituição..... | 18 |
| 3.2 Os profissionais da Instituição e as dimensões do trabalho..... | 26 |
| 4 O Projeto Político Pedagógico como norteador na busca de caminho..... | 29 |
| 4.1 Estratégias de Ação | 29 |
| 5 Proposta de intervenção..... | 32 |
| Considerações Finais | 35 |
| Referências..... | 36 |

1 INTRODUÇÃO

Ao longo dos anos, a intensa dinâmica de funcionamento dos Centros Comunitários de Assistência Social aliada à rotina diária da Legião da Boa Vontade — LBV, instituição focalizada, foi estruturada e pautada pela Política Nacional de Assistência Social e pelas diretrizes técnicas e processos de trabalhos da Instituição que direcionam as ações socioeducativas fundamentadas a partir das práticas vivenciadas pelas equipes, levando em consideração as particularidades de cada unidade.

Nesse percurso, idealizou-se, articular todas as dimensões de atuação dos profissionais, preparando-os para a dinâmica de trabalho das unidades para o alcance dos objetivos contemplados nas diretrizes institucionais e, além da organização do trabalho, para proporcionar oportunidades de formação e de aprendizado contínuo aos profissionais que integram as equipes que trabalham no Centro Comunitário, contribuindo para o exercício coletivo da profissão e a valorização do trabalho em equipe.

O problema de pesquisa investigado neste estudo foi desdobrado a partir do acompanhamento da proposta de trabalho dos Centros Comunitários da instituição em foco, observando os desafios da organização dos processos de trabalho e os resultados a serem alcançados, a partir das atividades desenvolvidas nas unidades socioassistenciais.

Como participante de uma das equipes que almeja ampliar a efetividade das intervenções frente aos desafios apresentados pelos profissionais das unidades, defendo a ideia de que não basta almejar melhoria dos processos internos e acompanhar as práticas pedagógicas: é necessário que haja um planejamento estratégico que possa ultrapassar a assimilação das formas de funcionamento das unidades, fazendo com que essas práticas gerem expectativa de bons resultados, motivando os profissionais para a ação, fortalecendo a articulação do trabalho multidisciplinar das equipes componentes desses Centros Comunitários.

Neste estudo, pretendo contribuir com a reflexão de que a educação não acontece só nos espaços escolares, ela está presente em todos os espaços coletivos, sendo esses elementos constituintes das ações socioeducativas, e as práticas pedagógicas neles desenvolvidas passam por um processo de redescoberta e ressignificação, pois são, sob a ótica de intervenções sociais, produção de saberes

aplicados ao contexto em que está inserida, exigindo planejamento que atenda coletivamente aos objetivos das ações socioassistenciais, na promoção da participação e da compreensão de todos sobre a proposta deste serviço, levando sempre em consideração as necessidades apresentadas pelos grupos.

Assim, a construção de um Projeto Político Pedagógico (PPP), numa perspectiva de planejamento participativo, será um instrumento que viabilizará resultados de qualidade e aprendizado significativo e, mais que isso, contribuirá para a compreensão dos papéis dos profissionais envolvidos neste processo, por isso é importante que na sua elaboração sejam contempladas ações integradoras que proporcionem a todos os agentes uma visão global da conexão que deve existir entre as várias tarefas existentes no ambiente socioassistencial. Isso favorece o bom andamento do trabalho participativo, envolvendo gestores, educadores, técnicos, usuários e comunidade, numa atuação responsável e ativa, traçando um caminho em direção à formação para o trabalho, visando superar a reprodução das atividades presentes nos espaços escolares e garantindo a eficácia das ações socioeducativas. Quanto à importância de planejamento no alcance dos objetivos, Veiga (1998), nos diz que:

Ao construirmos os projetos políticos pedagógicos (...), planejamos o que temos a intenção de fazer, de realizar. Lançamo-nos adiante, com base no que temos, buscando o possível. (VEIGA, 1998, p.11-35).

Nessa perspectiva, com o intuito de fomentar práticas socioeducativas mais efetivas e que exerçam suas funções sociais sistematizadas e fundamentadas na participação, inclusão social e efetivação dos direitos e deveres humanos, faz-se necessário traçar uma direção para as ações e atividades desenvolvidas nos Centros Comunitários, de modo intencional, na ampliação de espaços que sejam facilitadores na mudança na vida de crianças, adolescentes e jovens em situações de vulnerabilidade, garantindo a eles oportunidade ampliada de convívio e participação social.

A proposta de elaboração deste trabalho tem a intenção de aprofundar as concepções que subsidiam os profissionais na reflexão e apropriação de conteúdos e estratégias que qualifiquem as ações desenvolvidas nos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e visa, também, aprimorar o desempenho e a capacidade de refletir sobre os papéis e a produção de saberes que terão

aplicabilidade nos espaços coletivos, por meio da busca de embasamentos prévios sobre as temáticas apresentadas no contexto do território em que a unidade está inserida, no planejamento das ações e nas atividades desenvolvidas nos Centros Comunitários, definindo, diante das necessidades, a fundamentação teórica que facilitará a compreensão desse planejamento para a intervenção social.

Como objetivo geral, busca -se fazer compreender que a construção do PPP almeja definir as ações concretas das unidades e proporcionar subsídios necessários para o aprimoramento, alinhamento e qualificação das atividades socioeducativas, bem como o aperfeiçoamento dos profissionais, e, com isso, a melhoria contínua do trabalho realizado e com resultados efetivos.

Apresenta como objetivos específicos:

- a. Promover diálogos e comunicação eficaz, articulados ao trabalho em equipe por profissionais preparados e integrados à proposta do SCFV.
- b. Possibilitar a organização das atividades e atribuições no despertar da consciência crítica dos sujeitos envolvidos na qualificação do processo educativo, em busca de melhores resultados.
- c. Identificar os temas emergentes que dificultam o trabalho do educador, preparando-o para um trabalho interdisciplinar em que atue de maneira efetiva entre o conhecimento e a realidade dos usuários.
- d. Formar continuamente os profissionais, identificados como educadores das equipes.
- e. Contribuir com a implementação de uma prática eficiente no atendimento, enxergando a realidade como produto de construção histórica e a humanização como transformação social.

Como metodologia para a elaboração desse TCC foi utilizada a pesquisa bibliográfica e documental, as quais contemplaram diferentes concepções teóricas sobre a importância da elaboração e implementação do PPP. Os documentos oficiais da Instituição possibilitaram aprofundar e indagar as questões de investigação, a fim de consolidar as práticas e construir uma proposta eficaz, frente aos desafios a serem superados num trabalho em equipe.

Como referencial teórico-científico, utilizei como estudo produções de Albuquerque (2005), que trata em seus textos da gestão e da concepção e construção do Projeto Político Pedagógico; e Veiga (1998), que apresenta o conceito de Projeto Político Pedagógico como uma construção coletiva possível.

O estudo foi organizado em 5 capítulos. Sua introdução delimita todo conteúdo, apresentando sua justificativa, objetivos e metodologia; o capítulo 2 apresenta de que forma as práticas pedagógicas se efetivam no campo das ações socioassistenciais; o 3º capítulo discorre sobre a proposta do PPP na perspectiva de uma gestão democrática e participativa, refletindo sobre sua importância no 4º capítulo, na interação entre objetivos e prioridades estabelecidas por essa gestão, na definição de pontos comuns entre a proposta dos serviços e do trabalho em equipe; finalizo os capítulos com uma proposta de intervenção, que será conduzida visando validar o trabalho realizado pelas equipes, através de um processo contínuo e permanente. Seguimos, então!

2 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NAS AÇÕES SOCIOASSISTENCIAIS

Quando falamos de educação, automaticamente nossos pensamentos são remetidos à instituição escolar, mesmo não sendo essa a única instituição social responsável pelo desenvolvimento cognitivo, afetivo, cultural e social, que promove o aprendizado do indivíduo.

Mesmo considerando a escola um lugar privilegiado, por seu ensino sistematizado e regular, existem outros espaços educativos *não formais*, presentes nas comunidades, e, como pedagoga, atuar nesses espaços me faz refletir em relação às ações educativas também promovidas por práticas pedagógicas inseridas nas ações socioassistenciais, garantindo à infância e à juventude os direitos à educação, num desenvolvimento integral do indivíduo, por meio de dinâmicas organizadas e ações reguladoras, que não restrinjam suas dimensões educadoras aos muros de uma escola. Nesse sentido, ampliar o olhar é permitir novos acessos a contextos diversificados e ao desenvolvimento, que vai além das capacidades intelectuais e alcança as sociais, afetivas e físicas. Incluem a diversificação, a incorporação de novos agentes educativos e a oferta de espaços com propostas que integrem diferentes atores da rede de serviços, na valorização dos espaços externos que possam ser somados aos de uma sala de aula, das disciplinas e dos professores das escolas formais.

Essas mudanças e os novos acessos visam promover intervenções que amparem, apoiem, auxiliem e resguardem o sujeito e sua família por ações articuladas que possibilitem uma participação de forma complementar, pois vale ressaltar que não é objetivo dessa proposta que a educação não formal ocupe ou substitua o papel da educação formal, mas sim refletir a ampliação de papéis, ressignificação e reconstrução das identidades institucionais por ações que proporcionem diferentes formas de aprendizagem, de construção do conhecimento e, principalmente, de pertencimento à sua formação cidadã.

Destaco, aqui, o atual contexto da Política Nacional de Assistência Social, através dos serviços de Proteção Social Básica do SUAS – Sistema Único de Assistência Social¹, regulamentado pela Tipificação Nacional de Serviços

¹ Sistema Único de Assistência Social é o modelo de gestão utilizado no Brasil para operacionalizar as ações de assistência social.

Socioassistenciais², com vistas à garantia de maior proteção aos direitos dos cidadãos, reduzindo a ocorrência de vulnerabilidade social, através do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), cujos serviços têm o objetivo de realizar intervenções que apoiem os integrantes da sociedade, desenvolvendo ações de caráter preventivo e de proteção, em defesa e acesso aos seus direitos, tanto do ponto de vista material, quando do ponto de vista relacional.

O SCFV, na instituição estudada, é organizado por grupos de convivência, que considera o ciclo de vida dos usuários. Por sua função preventiva, protetiva e proativa, em relação aos direitos dos usuários deste serviço, objetiva garantir o fortalecimento de seus vínculos familiares e comunitários, frente às suas realidades atuais.

2.1 As ações socioassistenciais concretizadas por meio das práticas pedagógicas

A assistência social - em sua dimensão educativa - se caracteriza na consolidação de práticas pedagógicas transformadoras, constituintes de um processo que oportuniza a reflexão sobre a responsabilidade dos cidadãos no exercício de seus direitos e deveres. Essas práticas são entendidas como possibilitadoras de novas conquistas, nova organização social, fundamentada pelas histórias de vida dos sujeitos, bem como pelas suas culturas.

Nessa perspectiva, os Centros Comunitários de Assistência Social da LBV são espaços legítimos de cunho educativo para efetivação dessas práticas pedagógicas, que representam para os que deles necessitam espaços coletivos de convivência, que reconhecem a potencialidade dos sujeitos e sua capacidade coletiva de se fortalecer, a partir da realidade em que estão inseridos.

Assim, cabe aos profissionais que trabalham nesses centros (assistentes sociais, pedagogos, psicólogos e educadores) entenderem, planejarem, e definirem as temáticas que promovam a participação efetiva dos usuários, a fim de que eles compreendam o seu papel no grupo, de forma lógica e coerente, em relação às

² Esta normativa possibilitou a padronização em todo território nacional dos serviços de proteção social básica e especial, estabelecendo seus conteúdos essenciais, público a ser atendido, propósito de cada um deles e os resultados esperados para a garantia dos direitos socioassistenciais. Além das provisões, aquisições, condições e formas de acesso, unidades de referência para a sua realização, período de funcionamento, abrangência, a articulação em rede, o impacto esperado e suas regulamentações específicas e gerais.

práticas educativas propostas. Devem, também, promover intervenções sociais que levem em consideração realidades distintas e problemáticas comuns a todos.

“Compreende-se como ação os programas, projetos, serviços e concessão de benefícios da assistência social”. (BRASIL. LOAS, 2003)³. As ações socioassistenciais demandam práticas pedagógicas com rotinas organizadas; requerem metodologias que considerem a individualidade de cada um, respeitando a identidade cultural, agindo sob uma lógica que, ao mesmo tempo, identifica necessidades comuns a todos, caracterizando o processo educativo. Pressupõem ações que estejam integradas e que reconheçam as potencialidades (individual e do grupo) para a produção de saberes necessários ao enfrentamento dos desafios do cotidiano, promovendo a convivência de forma estimulante e prazerosa, por meio da criatividade e criticidade, respeitando os níveis de conhecimento, as diferenças e o reconhecimento de si e do outro, motivando para o diálogo, para a participação e a troca de experiências.

2.2 Ações e espaços socioeducativos

Podemos definir ações socioeducativas como práticas que se constituem em um campo de aprendizagem; ocorrem de forma intencional, a partir de necessidades identificadas nas atividades em grupos. As ações educativas devem ser pautadas na convivência social e caracterizadas pela especificidade do grupo, levando em consideração as faixas etárias e a valorização do conhecimento já trazido pelo indivíduo de sua vivência familiar e experiência cultural, uma vez que, ao se reconhecer em um contexto, apresenta atitudes e demonstra valores pelas relações que vivencia. Assim, as ações no SCFV devem ser planejadas tendo em vista a proteção social, promovendo a participação dos usuários na vida pública e o seu posicionamento enquanto protagonistas de seus interesses junto à sociedade, na defesa e garantia de seus direitos.

Os espaços de convívio nos quais se concretizam as ações socioeducativas favorecem oportunidades de vivenciar o *novo* por afirmações de atitudes, construindo novas referências de valores e perspectivas de soluções para as vulnerabilidades. Os centros de convivência se estabelecem nesses espaços e agem com propostas

³ Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) estabelece normas e critérios para organização da assistência social, que por ser um direito, exige definição de leis, normas e critérios objetivos.

flexíveis, que atendam as peculiaridades da comunidade no território em que estão inseridos.

Para que essas ações se concretizem, não devem se limitar aos centros de convivência, mas precisam estar vinculadas à rede (escolas, postos de saúde, subprefeituras) para que consigam atender as demandas da população em vulnerabilidade, dessa forma cumprindo sua efetividade social. Nessa rede de relações, o grupo familiar é parte importante no processo educativo, na proteção básica; os vínculos familiares são considerados como os primeiros e fundamentais no desenvolvimento da criança e do adolescente e, portanto, o SCFV deve garantir a participação e responsabilidades desse em relação à aprendizagem, legitimando a proteção. Para isso, a família terá os centros comunitários como espaços de consulta e de participação, devendo esses estar com suas funções ética e técnica preparadas para se relacionarem com as questões apresentadas pelos grupos familiares, construindo vínculos que permitam o atendimento às demandas apresentadas.

Dessa forma, os centros necessitam possuir estrutura para realizar ações socioeducativas, devem ser do conhecimento de toda a comunidade e cabe a eles proporcionar condições iguais de acesso aos atendidos.

Hoje, uma das tarefas mais importantes no trabalho é buscar constantemente fontes de aperfeiçoamento que propiciem o alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento das vulnerabilidades vivenciadas pelos usuários atendidos nos Centros Comunitários, pois, muitas vezes, ao se ocupar em suas tarefas rotineiras, os educadores podem apresentar uma visão limitada do trabalho. Mesmo com uma extensa produção teórica na área, os educadores ainda se confrontam com dificuldades e contradições em seu cotidiano de trabalho. Observa-se que as demandas apresentadas diariamente para esse profissional podem provocar o sentimento de angústia e impotência, limitando a possibilidade de compreender a dimensão da prática educativa como um ato que se desenvolve em todos os momentos da relação entre educadores e atendidos.

Nesta incessante tentativa de promover oficinas e tomar atitudes que estejam coerentes com os objetivos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, muitas vezes ainda se evidencia um campo desconhecido e cheio de dúvidas sobre como alcançar esses objetivos. Logo, faz-se necessário a construção de um espaço de reflexão sobre a prática, pensando e planejando especificamente como cada área poderá contribuir na promoção do desenvolvimento social, cultural, na arte e no

esporte, como estímulo à participação cidadã, no desenvolvimento do protagonismo e da autonomia dos usuários, valorizando seus interesses, demandas e potencialidades.

3 PROPOSTA DE ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Diante do apresentado, a elaboração e implementação do Projeto Político Pedagógico pretende, por meio de trocas de mobilizações do cotidiano e experiências, encontrar estratégias que auxiliem na superação dos novos desafios encontrados diariamente no contexto do serviço de convivência, além de funcionar simultaneamente como um documento norteador das estratégias da gestão, que se preocupa com os profissionais, em especial os educadores, ampliando a possibilidade de desenvolvimento de um trabalho cada vez mais assertivo. O PPP possibilitará a construção de um espaço favorável à troca de experiências bem-sucedidas, que estimule a construção de soluções criativas para os desafios encontrados no dia a dia dos Centros Comunitários de Assistência Social. Consideramos que pensar nas ações socioeducativas demanda a formulação de uma proposta de trabalho que invista no desenvolvimento integral das crianças, adolescentes e jovens e que ofereça subsídios aos profissionais dos Centros Comunitários, a fim de que todos se identifiquem como participantes ativos das políticas públicas, garantindo a vinculação entre planejamento e execução do trabalho.

Um PPP não pode se tornar um documento burocrático para cumprimento das exigências legais, deve servir como orientador para o trabalho do gestor e da equipe educativa, sem ferir a autonomia da unidade, pois embora tenha uma função positiva e de intervenção, terá também o papel de problematizar e tencionar para que possam diferenciar os termos “autonomia” e “independência”, pois, embora tenham autonomia, elas não são independentes. Portanto, para garantir a eficácia das ações das 72 unidades socioassistenciais da instituição em questão, tornando-as interdependentes no processo de acompanhamento e direcionamento no cumprimento de seus papéis por meio da equipe que coordena e supervisiona essas unidades, não poderá haver desarticulação entre os processos de trabalho definidos pelas Diretrizes da Instituição e a política (serviços), cabendo a cada gestor se responsabilizar pela organização e planejamento de sua unidade, para que atinja suas metas dentro dos objetivos propostos.

É importante que todos os envolvidos se desloquem dos seus papéis de telespectadores dos processos de produções, se necessário, e se envolvam e organizem esses processos na busca de melhores resultados. A postura necessária

é a de que sejam atores que interajam, discutam, se posicionem e colaborem com todos os processos da rotina da instituição, promovendo uma característica diferenciada para este ambiente, num clima de parceria e confiança. Dessa forma, fomenta-se o repensar de qualquer visão centralizadora e/ou burocrática, ampliando a articulação de ações, propiciando o envolvimento de todos na melhoria de seus desempenhos, conseguindo definir e atingir suas metas.

Segundo a perspectiva de concepção de gestão democrática, uma das características fundamentais é exatamente como se percebe a realidade, portanto, os problemas, a rotina e as relações são vistas como ações compostas de vários elementos e, ao enfrentar um desafio, deve-se entender que não se trata de um agente isolado e que sua resolução envolve perceber todos os componentes e agentes que o compõem. Faz-se necessária uma visão abrangente de todas as dimensões que envolvem o seu trabalho e as competências exigida para tal, e esta visão dependerá do quanto esses profissionais compreendem a educação como facilitadora para o convívio em sociedade, a gestão e a organização, e de que forma os seus papéis se articulam.

Dos profissionais das equipes envolvidas espera-se a consciência de que educar também é um ato político e que, ao educar, compartilham valores de um determinado tempo e local; necessitam compreender a importância do seu papel em nossa sociedade como agentes de transformação e, assim, é possível identificar o conhecimento como uma construção social. A tarefa da gestão é articular esses papéis nas ações socioeducativas em busca de melhoria de aprendizagem por meio do PPP, que necessita ser construído coletivamente. Mas, como articular todas as dimensões dessas unidades socioassistenciais, a fim de alcançarmos o objetivo proposto?

A proposta do centro comunitário é oferecer proteção social à criança e ao adolescente em situação de vulnerabilidade e risco, por meio do desenvolvimento de suas potencialidades, bem como favorecer aquisições para a conquista da autonomia, protagonismo e cidadania, mediante o fortalecimento de vínculo familiar e comunitário, sendo que para a LBV:

A base e o diferencial de todas as ações socioassistenciais e educacionais da LBV encontram-se nos conceitos da Pedagogia do Afeto (destinada a crianças de até 10 anos de idade) e da Pedagogia do Cidadão Ecumênico (a partir dos 11 anos de idade), que compõem a linha educacional da Instituição, criada pelo educador Paiva Netto. Aplicada diariamente nas unidades de

atendimento da LBV, essa proposta leva em conta o sentimento de cada indivíduo, sem perder de vista sua formação intelectual de excelência. Essa abordagem se fundamenta no desenvolvimento integral do ser humano, porque o considera em suas dimensões física, psicológica, social e espiritual. (LBV, 2015)

Para o cumprimento dessa diretriz norteadora, pretende-se:

- Propiciar a crianças e adolescentes um espaço de referência para o convívio grupal;
- Estimular a participação na vida pública do território e desenvolver competências para compreensão da realidade social e do mundo contemporâneo;
- Possibilitar a ampliação do universo informacional, artístico e cultural das crianças e adolescentes, bem como estimular o desenvolvimento de potencialidades, habilidades, talentos e contribuir em sua formação cidadã;
- Refletir sobre valores éticos, ecumênicos e espirituais, para uma Cidadania fraterna;
- Promover o brincar, de forma criativa e prazerosa, por meio de brincadeiras, brinquedos e jogos recreativos e pedagógicos;
- Contribuir na inserção, reinserção e permanência da criança e do adolescente no sistema educacional;
- Fortalecer a função protetiva da família, contribuindo na melhoria de sua qualidade de vida, prevenindo situações de fragilidade social.

As ações dos técnicos deverão ser integradas à elaboração e execução de propostas que buscam suprir as necessidades dos atendidos, conforme a realidade de cada unidade; deverão garantir as condições necessárias para que as propostas sejam alcançadas, e, para isso, os direcionamentos e a organização dos trabalhos são realizados com foco nos usuários, compreendendo a subjetividade dos indivíduos, relacionando ao contexto social e histórico de onde estão inseridos, favorecendo suas potencialidades e transformações relativas à garantia de direitos perante as desigualdades sociais.

É primordial refletir sobre os conhecimentos e as produções dos saberes que terão aplicabilidade nos espaços coletivos, a fim de que reconheçam a potencialidade dos indivíduos e a capacidade coletiva de recriar a partir dos contextos em que estão inseridos. Cabe aos profissionais buscar embasamento nos eixos orientadores do SCFV, que devem dialogar com o planejamento dos percursos que consideram as especificidades relacionadas ao ciclo de vida dos usuários com os temas transversais,

bem como planejar a essência da abordagem, definindo, diante da necessidade do grupo, a linha de raciocínio que promoverá a compreensão e a participação de todos.

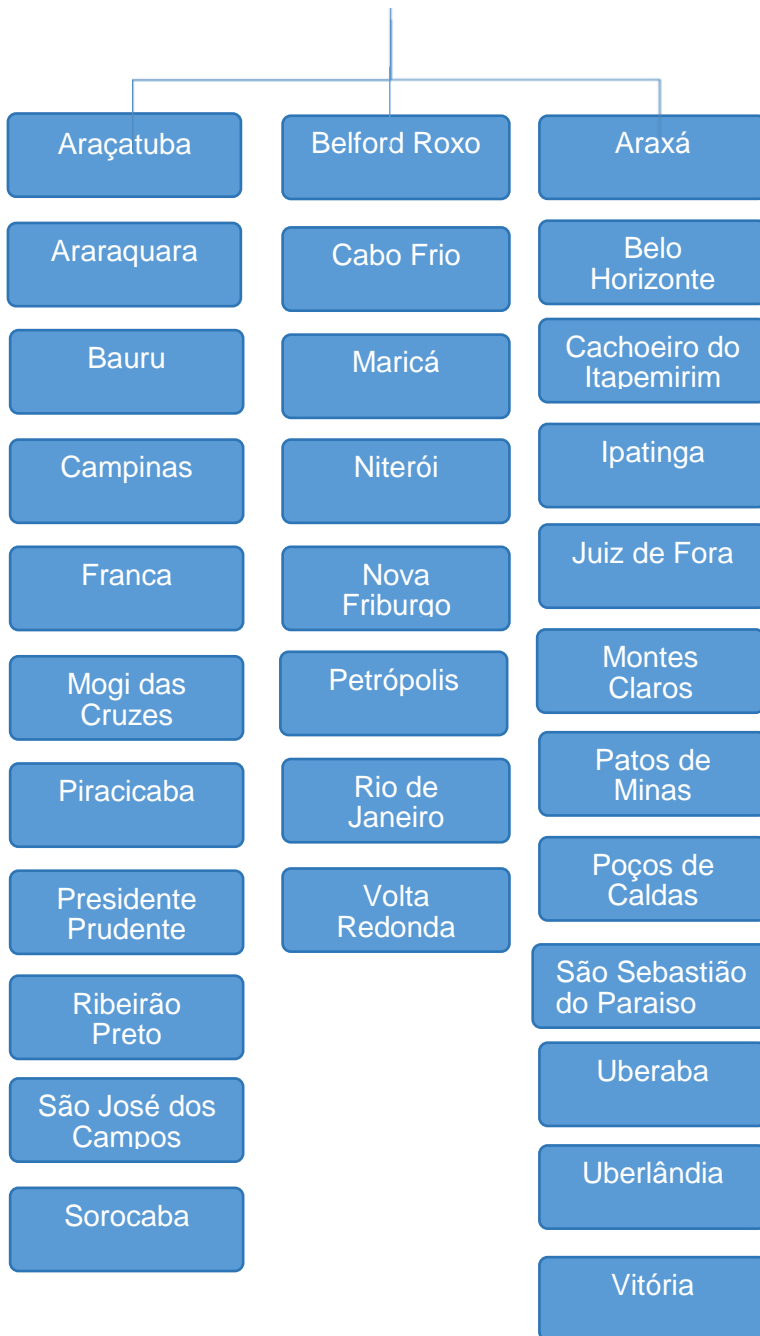
Destaco o papel do educador, ao qual cabe opinar e propor alternativas de soluções para os problemas e desafios diários.

Uma equipe que trabalha unida efetiva as práticas dos saberes interdisciplinares dos diversificados profissionais que compõem cada unidade, enriquece as dimensões socioeducativas, visando à integralidade no atendimento aos usuários e, juntos, poderão desenvolver criatividade e sensibilidade necessárias para otimizar as potencialidades desses espaços de atuação, uma vez que essas dimensões formam um *todo* deste complexo que se faz necessário ser amplamente conhecido pela equipe. A seguir, apresento o fluxograma da instituição, foco deste estudo.

3.1 Fluxogramas da instituição

Fluxograma 1 – Setores responsáveis pelos programas e projetos socioassistenciais da Instituição estudada



Continuação**Continua**

Conclusão



Fonte: Elaborado pela autora com dados extraídos da Instituição estudada.

A Superintendência Social da Legião da Boa Vontade cumpre os fins estatutários da Instituição, na “elaboração, implementação e acompanhamento de serviços, programas e projetos de assistência social e desenvolvimento humano nas unidades, na construção da Sociedade Solidária, Altruística e Ecumênica”, conforme consta na missão desse setor.

O Departamento Socioassistencial integra esta superintendência e tem como objetivos cumprir a Proteção Básica, cuidar das estratégias, formular as diretrizes, as normatizações e os processos e acompanhar, de forma geral, todo o trabalho realizado.

E o que os assegura, como instância, para que os objetivos sejam alcançados e realizados com qualidade, são os documentos que expressam a Política Nacional de Assistência Social/SUAS, Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais e as Diretrizes de Trabalho Institucionais.

O trabalho da assessoria está além da atuação teórico-metodológica que desenvolve para garantir a qualidade dos serviços, uma vez que envolve a responsabilidade quanto à forma que observa, orienta, soluciona conflitos, ouve, busca soluções conciliadoras e cria momentos de reflexão com os supervisores regionais, devendo, em suas ações, contribuir para manter a supervisão regional motivada e comprometida a realizar seu trabalho com eficiência e eficácia.

As estruturas regionais administram a infraestrutura das unidades, respondem pela supervisão técnica e têm, conseqüentemente, maior proximidade com as unidades.

A supervisão deve prestar as orientações e esclarecimentos necessários, intervindo sempre que identificada incoerência no trabalho de um de seus profissionais, fundamentando-se nas Diretrizes Técnicas e Administrativas dos Centros Comunitários de Assistência Social, Resoluções de Conselhos de Classe e nas normas Institucionais, buscando garantir que o trabalho seja executado conforme o direcionamento definido pela Instituição, mantendo-se atualizada com pesquisas teóricas e/ou recebendo esclarecimentos da assessoria técnica da superintendência social. Albuquerque (2005) refere-se à ação do supervisor, afirmando que sua atuação se dá em um conjunto, onde:

(...) no todo (...), poderá criar espaços para a capacitação e o aperfeiçoamento, a troca de experiência e saberes, a produção de conhecimento, a busca de resposta para as dificuldades por meio de

discussão de textos, de indicação bibliográfica, de esclarecimento sobre a legislação, de sugestão e de apoio logístico e para tanto, deverá conhecer e ter vivência (em Centro Comunitário). (ALBUQUERQUE, 2005, p. 76).

Os Centros Comunitários de Assistência Social da LBV são responsáveis pelos serviços desenvolvidos por uma rede de atores públicos (integrantes da rede socioassistencial) que materializam ofertas socioeducativas, lúdicas e socioculturais, que atendam as diferentes necessidades de convivência própria a cada momento do ciclo de vida.

Cada unidade operacionaliza os serviços, executa as atividades de atendimento aos usuários e responde diretamente pela equipe, diagnóstico social, meta, matrícula e frequência.

Quadro 1 – Indicativo das equipes técnicas que compõem as regionais Sul, Centro Norte e Nordeste, conforme divisão territorial da Instituição

Todas as unidades possuem 1 Gestor Social mais Equipe Técnica, conforme segue:

| | Assistente Social | Psicóloga | Pedagoga | Educador Social |
|---|-------------------|-----------|----------|-----------------|
| 1 | 1 | | | 6 |
| 1 | 1 | 1 | | 5 |
| 2 | | | 4 | |
| 1 | | | 3 | |
| 1 | | | 6 | |
| 1 | | | 4 | |
| 1 | 1 | 1 | 4 | |
| 1 | | | 4 | |
| 1 | | | 3 | |
| 1 | | | 3 | |
| 2 | | | 5 | |
| 1 | 1 | 1 | 1 | 8 |
| 1 | 1 | 1 | 4 | |
| 1 | 1 | 1 | 7 | |
| 1 | 1 | 1 | 8 | |
| 1 | 1 | 1 | 6 | |
| 1 | 1 | 1 | 8 | |
| 1 | | | 4 | |
| 1 | | | 1 | 6 |
| 1 | 1 | 1 | 3 | |
| 1 | 1 | 1 | 4 | |
| 1 | 1 | 1 | 1 | 9 |
| 1 | | | 3 | |
| 1 | 1 | 1 | 1 | 8 |

Fonte: Elaborado pela autora, com dados extraídos da Instituição estudada.

Conforme quadro acima, o pedagogo, profissional graduado em Pedagogia, é o que aparece em menor número no quadro da equipe técnica. Isto se dá pelos critérios de definição do quadro específico para cada função, elaborado para o cumprimento do desempenho das atividades e atendimentos aos usuários e suas famílias e observando a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos/Sistema Único de Assistência Social - NOB-RH/SUAS, pois, segundo esta normativa, não há

exigências legais para a contratação do pedagogo; contudo, de acordo com a necessidade de estruturação da equipe, especificidades e particularidades dos Centros Comunitários e necessidades dos usuários, para aprimorar e qualificar os serviços socioassistenciais, este profissional poderá ser contratado no centro comunitário desta instituição, quando houver, no mínimo, 250 matrículas ativas no Programa que atende crianças e adolescentes de 06 a 15 anos. Nas unidades que não possuem o pedagogo no quadro, a responsabilidade do acompanhamento pedagógico se divide entre o gestor e a supervisão pedagógica responsável por inspecionar as regionais em questão.

A NOB-RH/SUAS estabelece o psicólogo como profissional que faz parte da equipe de referência para os Centros Comunitários da Assistência Social. Na instituição em questão neste TCC, sua contratação acontece mediante critérios estabelecidos em duas situações distintas:

- a. Quando houver mais de 200 matrículas ativas no Programa, que atende crianças e adolescentes de 06 a 15 anos.
- b. Quando houver o Programa que atende crianças e adolescentes de 06 a 15 anos, com no mínimo 100 matrículas ativas, e mais três Programas sendo desenvolvidos na Unidade.

A contratação do psicólogo deverá levar em conta a vulnerabilidade das famílias do território em que o Centro Comunitário está instalado, a localização do Centro Comunitário (se está em território de abrangência do CRAS⁴ e se atende à população do próprio território em que está inserida). Se a condição de vulnerabilidade pessoal e social dos usuários, famílias e comunidades configura-se por situações que indicam a necessidade de um psicólogo atuando na equipe, independentemente do número de famílias atendidas, o gestor e o assistente social podem relatar a situação como justificativa para solicitar a contratação deste profissional. Contudo, a contratação dependerá da avaliação do Gerente Regional, do Gerente do Departamento Socioassistencial e da Supervisão Técnica. Se houver solicitação do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS quanto à contratação do psicólogo, o gestor do Centro Comunitário deverá enviar a solicitação do órgão, devidamente documentada, para a Superintendência Social.

⁴ O Centro de Referência de Assistência Social – CRAS é uma unidade pública estatal de base territorial, localizada em áreas de vulnerabilidade social. Executa serviços de proteção social básica, organiza e coordena a rede de serviços socioassistenciais, locais da política de assistência social.

A Assistente Social é a responsável técnica pelos programas socioassistenciais; é o principal profissional de referência do Centro Comunitário; cumpre e faz cumprir os objetivos e finalidades da Política Nacional de Assistência Social na unidade. Sua contratação é pré-requisito para o funcionamento do Centro Comunitário.

Poderá ocorrer a contratação de um segundo assistente social, quando:

- a. Houver grupos sendo desenvolvidos, em uma ou mais comunidades fora da unidade, em outros espaços cedidos pela comunidade para ser utilizado como uma extensão do Centro Comunitário com, no mínimo, 60 usuários com matrículas ativas;
- b. Quando no Centro Comunitário houver mais de 350 usuários com matrículas ativas nos Programas Institucionais.

A contagem do número necessário de educadores para o Programa que atende crianças e adolescentes de 06 a 15 anos, será de acordo com o número de atendidos nesta faixa etária, por período. Nesse caso, para cada educador social se contarão 25 usuários matriculados, observando a carga horária do educador, resultando no seguinte quadro:

Quadro 2 – Número de educadores por quantidade de grupos

| Número total de crianças e adolescentes atendidos | Número de crianças e adolescentes atendidos por período | Quantidade de grupos por período | Número total de educadores |
|---|---|----------------------------------|----------------------------|
| 50 | 25 | 1 | 1 |
| 100 | 50 | 2 | 3 |
| 150 | 75 | 3 | 4 |
| 200 | 100 | 4 | 6 |
| 250 | 125 | 5 | 7 |
| 300 | 150 | 6 | 9 |

Fonte: Elaborado pela autora, com dados extraídos da Instituição estudada.

Os locais poderão variar a quantidade de educadores, por período, conforme a necessidade de atendimento de sua demanda. Dessa forma, se houver um número maior de usuários em um dos turnos, é necessário atentar para a seguinte regra: havendo três turmas no mesmo período, terão 4 educadores; e, se forem quatro turmas no mesmo período, terão 5 educadores.

Além do programa que atende crianças e adolescentes de 06 a 15 anos, também é possível a contratação de educador social quando o centro comunitário

obedecer ao seguinte critério: não ter em seu quadro o segundo profissional da equipe de referência e atender a partir de 60 usuários, que podem estar distribuídos em um ou mais programas Institucionais.

O fato de um educador ter sido contratado dentro da contagem de um dos programas não anula a atuação dele nos demais. Isto é, se um educador social da área de esporte foi contratado considerando o número de usuários no Programa de Jovem de 15 a 18 anos, ele poderá, por exemplo, realizar atividades com as crianças e adolescentes de 06 a 15 anos e com os idosos, assim como nos demais Programas, desde que tenha horário disponível em sua grade de atuação.

Além da formação em Pedagogia, primeira opção para contratação de educador social, na medida do possível e de acordo com o interesse dos usuários, pode-se contratar outros profissionais com formações diferenciadas, tais como: teatro, dança, expressão corporal, artes plásticas, música, educação física, entre outros, que ainda não tenham sido contemplados no quadro de educadores, a fim de diversificar as possibilidades de trabalho socioeducativo com os usuários.

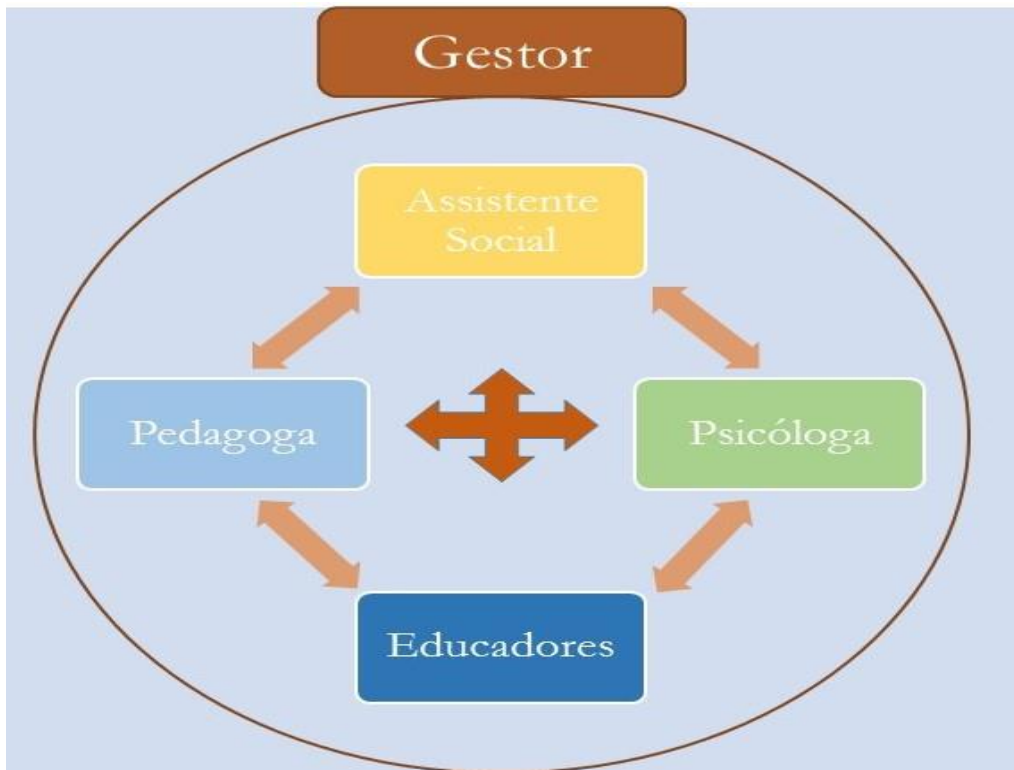
Lembrando que todos os educadores serão responsáveis por planejar e executar as oficinas com os grupos de crianças/adolescentes e assumirão também a função de apoio aos demais educadores, se estiverem como “volantes”, isto é, sem turma sob a sua responsabilidade. O educador volante terá como função colaborar na organização da oficina, apoiar momentos de conflitos, refeições e escovação, atividades que fazem parte do papel do educador e, por esse motivo, se estiver como volante, o mesmo deverá apoiar as necessidades dos outros educadores, ficando disponível para tanto.

Todos os educadores que atuam nos Programas Institucionais deverão ser contratados na função de “educador social”.

3.2 Os profissionais da Instituição e as dimensões do trabalho

A figura abaixo representa as relações entre os profissionais que trabalham na LBV.

Figura 1 – Esquema ilustrativo, que representa as relações entre os profissionais nos Centros Comunitários.



Fonte: Elaborado pela autora, com dados extraídos da Instituição estudada.

Ao gestor cabe conhecer a realidade local de maneira sistêmica e entender as necessidades emergentes de gerenciar esforços para a crescente melhoria da aprendizagem socioeducativa. São diversas as dimensões do seu trabalho, destacando-se a gestão dos resultados, das relações pedagógicas, das relações pessoais, administrativas e financeiras, gestão da infraestrutura e da comunidade. É válido ressaltar que as dimensões da gestão formam um todo complexo, que precisa ser bem conhecido pela equipe.

A assistente social é a responsável técnica pelos serviços e programas desenvolvidos pelo centro comunitário, pelo trabalho social com as famílias e pelas ações desenvolvidas com os grupos de convivência. Deverá garantir que as propostas

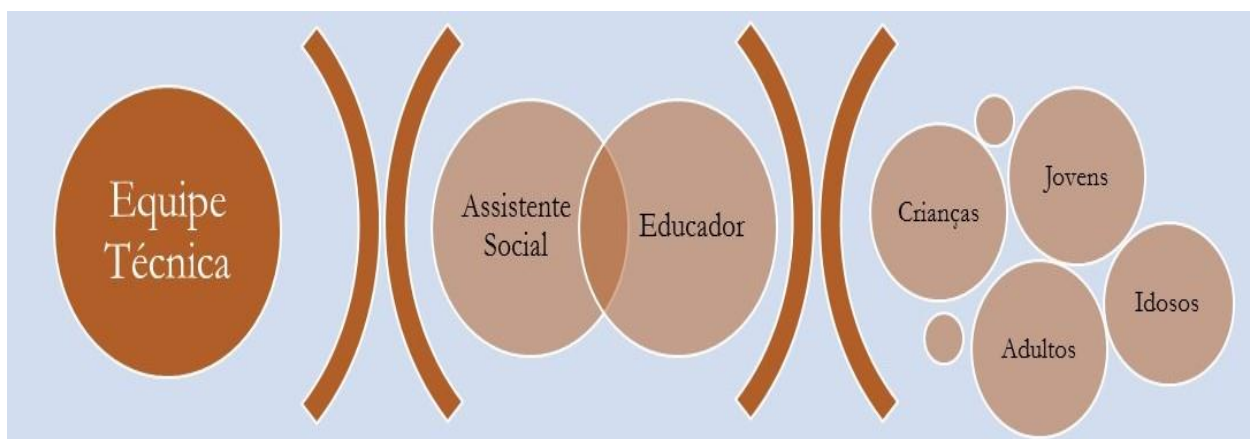
sejam alcançadas e para isso deve direcionar e orientar os trabalhos com foco nas necessidades dos usuários. É a primeira profissional de referência na unidade.

O psicólogo é o segundo profissional de referência da unidade, responsável por apoiar o trabalho social com as famílias e pelas ações desenvolvidas com os grupos de convivência, em cumprimento dos objetivos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

Depois do assistente social e do psicólogo, o pedagogo é o profissional que representa o maior número de profissionais nas ações socioassistenciais. No centro comunitário, é responsável por apoiar o trabalho social com as famílias e pelas ações desenvolvidas com os grupos de convivência, por meio do acompanhamento e direcionamento do trabalho dos educadores sociais, em favor dos usuários deste serviço, promovendo o desenvolvimento da aprendizagem, da identidade do indivíduo, de suas potencialidades e do fortalecimento de sua cidadania pela participação social e coletiva nas ações socioeducativas.

O educador social é responsável pelas atividades socioeducativas com os grupos de convivência, devendo opinar e propor alternativas e soluções para os problemas encontrados no trabalho realizado com os grupos; acumula saberes e experiência.

Figura 2 – Esquema ilustrativo, que representa as dimensões do trabalho dos profissionais nos Centro Comunitário da Instituição estudada.



Fonte: Elaborado pela autora, com dados extraídos da Instituição estudada.

Esses profissionais trabalham para atender os usuários e suas famílias, que buscam nos centros comunitários informações e conhecimentos advindos da equipe técnica e, ao mesmo tempo, compartilham suas vivências com os profissionais.

A equipe técnica promove ações integradas à elaboração e execução de propostas que supram as necessidades dos atendidos, mediante a realidade de cada território em que a unidade está inserida.

4 O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO COMO NORTEADOR NA BUSCA DE CAMINHO.

Consideramos que a elaboração e a implantação do PPP poderão ser consideradas mais como uma direção, uma busca para se encontrar o caminho ideal a seguir, do que exatamente uma mudança. A mudança, neste caso, deve acontecer de forma contínua na compreensão dos papéis e crescimento dos profissionais, a partir do momento em que fique evidenciado que o caminho percorrido chegará ao lugar, ao objetivo e aos resultados, que espera-se serem sempre positivos. O PPP deverá ser apresentado às equipes com transparência, afim de que entendam a sua funcionalidade e, muito mais que isso, que considerem a sua potencialidade e o seu real significado para o trabalho em equipe, num direcionamento seguro da execução do trabalho.

Todo movimento humano é motivado por um propósito. Os interesses, as expectativas, os ideais de cada um e de cada segmento muitas vezes são diferentes, gerando conflitos que precisam ser enfrentados e discutidos para que se possam encontrar pontos comuns e seja possível estabelecer acordos, objetivos educacionais consensualmente aceitos.
(ALBUQUERQUE, 2005, p. 62).

O PPP vem definir esses pontos comuns de forma real e concreta.

A princípio, para garantir-se a eficácia de sua ação, precisamos definir o que é prioritário alcançarmos com essa proposta, de forma comum a todas as unidades, e, assim, agir rumo ao alcance das metas estabelecidas. Todas as necessidades percebidas a partir deste trajeto deverão ser apresentadas nas reuniões técnicas para se pensar novas estratégias. O caminho planejado para as metas definidas não pode mudar seu percurso. A ideia é que esses obstáculos sejam parte do processo de avaliação do trabalho realizado nos Centros Comunitários, potencializando os percalços como desafios a serem superados, em equipe, motivando-os à ação em cada encontro técnico.

4.1 Estratégias de Ação

Já temos definidas as metas menores provenientes das Diretrizes e Processos Técnicos dos Centros Comunitários, que são determinantes para todas as unidades.

Nelas, estão descritos os processos de trabalho de cada profissional e em quais momentos é necessário se reunir para definição das estratégias para a rotina do centro. Percebo que essas ações, quando são realizadas conforme proposto, não refletem como os profissionais se veem enquanto parte do processo: apenas que “deve ser assim, porque está escrito nas Diretrizes”, e, ao visitar as unidades, percebemos a fragilidade de alguns profissionais que ainda possuem dificuldade em lidar com os desafios mais complexos dos centros de convivência. Nem todos compreendem os propósitos das ações socioeducativas e muitas vezes reproduzem a escola e suas salas de aula.

As orientações e os direcionamentos do trabalho realizado em cada visita nas unidades às vezes esbarram em uma gestão centralizadora ou que acredita que são suficientes os esclarecimentos trazidos pela supervisão, delegando as responsabilidades do acompanhamento à supervisão.

A proposta é que a equipe assuma compromisso com a definição das metas, com as produções dos saberes sobre o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, sobre a importância do aprendizado contínuo dos profissionais e, principalmente, nas ações fortalecedoras do desenvolvimento integral dos indivíduos participantes dos programas. Por meio do PPP, o trabalho que deve ser realizado convergirá com os anseios da equipe, oportunizando que cada área cumpra sua função de forma significativa e democrática. Para isso, é necessário,

(...) refletir o que se pretende, explicitando sonhos, expectativas, analisando-os e comparando-os propicia a ação que, partindo da realidade, direciona sua reconstrução. As mazelas e as dificuldades concretas necessitam dos ideais e dos sonhos para serem superadas. Os sonhos e as expectativas precisam de dados da realidade para serem viabilizados. Sem estes, tornam-se ideais que, como fiapos, são levados até por uma leve brisa. (ALBUQUERQUE, 2005, p.61).

A supervisão regional já realiza em seu processo de acompanhamento das unidades capacitações sobre a proposta do SCFV, o papel do educador social, da pedagogia social e, nas reuniões de equipe, esclarece acerca dos seus papéis, sempre de forma mediadora. As orientações repassadas aos locais são de ordem técnica, relacionadas à qualidade das ações desenvolvidas para os usuários. Dessa forma, a supervisão orienta questões relacionadas à metodologia que o profissional está usando, o material, os temas escolhidos e a rotina dos usuários, com vistas a contribuir no alcance dos objetivos dos programas oferecidos. Com a elaboração e

implementação do PPP, trataríamos mais da relação que o profissional tem com a realidade marcada em sua formação para atuar na assistência social, pela qual as atividades devem estar relacionadas com o que lhe é apresentado pela sociedade, onde sua dinâmica, conteúdo e didática são construídos para transformação social do indivíduo. Com o PPP, traremos o estudo das concepções para corporificar as práticas concretas do dia a dia, permitindo novos olhares, novas possibilidades. Segundo Albuquerque (2005),

Compartilhadamente, pelos construtores do projeto, cada dimensão e elementos deverão ser focalizados em separado, investigados e analisados de modo crítico. Isolando-os do todo e iluminando-os com o esforço da ação e da reflexão, a compreensão será significativa, a tomada de decisões e as operacionalizações poderão ser viabilizadas e o trabalho, organizado de modo coerente, direcionando por um eixo transformador. (ALBUQUERQUE, 2005 p. 61).

Ao refletir sobre os conhecimentos inerentes à realização das práxis educativas, os profissionais afiançarão a necessidade de planejamento e reestruturação das formas de pensar e agir sobre as práticas pedagógicas, sobre os processos decisórios e sobre as atividades estruturais que influenciam diretamente o seu trabalho, ou seja, tudo terá significado.

5 PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

Para projetar esta ideia e sua intencionalidade, ao pensar nesta proposta, ciente dos desafios frente às equipes que deverão estar abertas para viabilizar a sua realização e permanentemente dispostas à investigação, aos aprofundamentos teóricos e à produção de conhecimento, proponho que sua estrutura seja estudada e elaborada pelo departamento socioassistencial, a partir desse estudo, para ser discutida e pensada pela equipe de assessoria deste departamento, em busca de um prognóstico desejável e possível.

Dada a importância deste documento para a instituição, o seu propósito geral norteará o Projeto Político Pedagógico dos Centros Comunitários, incluindo sua missão, visão, metas, proposta pedagógica – com suas finalidades e objetivos-, que se relacionam com as articulações necessárias ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, assim, materializando as ações da proteção social básica da Política de Assistência Social.

Diante desta premissa e a partir da compatibilidade da equipe do Departamento Socioassistencial, partiremos para a definição das metas prioritárias de implantação do projeto, sendo que a equipe de assessoria terá como primeiro alvo a supervisão regional, uma vez que o plano de trabalho decorrerá de suas competências e atribuições junto às equipes dos Centros Comunitários, para viabilizá-lo de forma organizada, e, dessa forma, proporcionará a avaliação do desempenho do projeto pedagógico nas unidades socioassistenciais.

Avaliar o projeto implica reflexões contínuas da ação, bem como requer um movimento de aproximação e de afastamento em que cada elaborador se avalia, avalia o processo, o grupo e os resultados da ação individual e coletiva. (ALBUQUERQUE, 2005, p. 66).

A responsabilidade dessa supervisão implica entender a dinâmica que será realizada nas dimensões do trabalho no Centro Comunitário: gestor/equipe – equipe/equipe – equipe técnica/usuários do serviço – educadores/usuários do serviço e, finalmente, e mais importante, usuários/sociedade. Reforço, ainda, a assertiva de Albuquerque, de que:

Esse exercício deve permear todas as etapas do planejamento – do projeto a sua execução. Quando se faz o diagnóstico (...), estão sendo avaliadas as

forças existentes, as condições, as variáveis intervenientes determinantes do ponto de partida para a ação. As correções de rumo e a ênfase no que está dando certo serão facilitadas e pertinentes se determinadas por indicadores resultantes do processo de avaliação. (ALBUQUERQUE, 2005, p.66).

Juntamente com essa supervisão, o planejamento da sistemática de avaliação do projeto pedagógico deverá ser elaborado. Para isso, devemos estabelecer o plano anual de trabalho para as unidades, definindo como prioridade para o alcance das grandes metas que serão concretizadas por metas menores, advindas da construção do plano de trabalho elaborado pela equipe das unidades, dando vida à execução do projeto político pedagógico.

Para cada ano, há de se formular metas que deverão ser atingidas. Conforme a situação, a meta prioritária no primeiro ano do projeto pedagógico poderá ser a mudança na gestão (...), o envolvimento das pessoas e a formação dos grupos (...). Os planos anuais de trabalho decorrerão desse detalhamento do projeto com vistas a sua realização. Cada plano anual de trabalho incluirá ações referentes às metas previstas para o período. (ALBUQUERQUE, 2005, p. 64 e 65).

Avalio como pertinente, primeiramente, pensarmos em ações voltadas para o trabalho com os gestores das unidades, na apropriação da proposta por este profissional. A gestão educacional se destaca nesta proposta pela importância deste administrador em ter a sua gestão vinculada, desde as atividades ofertadas nos grupos de convivência aos resultados alcançados pela unidade, como um todo.

Logo, para mudar um padrão de gestão é preciso que se tenha clareza sobre a natureza da educação que se deseja, e também que a missão de construí-la seja comprometidamente assumida. (ALBUQUERQUE, 2005, p.51).

Um das missões mais importantes para o gestor será o registro por meio do acompanhamento de todas as decisões tomadas em equipe sobre ações que irão compor o projeto pedagógico, desde sua preparação até os resultados alcançados com a sua implementação. Produzido de forma comprometida, o gestor terá com esses registros o seu plano de trabalho para a unidade, conseguirá com esta ação, identificar os principais pontos que contarão com a sua intervenção e com isso, o indicativo das situações que exigirão mudanças ou aprimoramentos, discutidos nas reuniões com a equipe, promovendo novas reflexões acerca das intenções, dos discursos e das ações, dando vida ao projeto pedagógico.

Conforme defende Albuquerque (2005):

O desempenho coletivo depende das contribuições individuais. Compete a cada um planejar sua ação de acordo com sua responsabilidade, características individuais e compromisso com a missão. (ALBUQUERQUE, 2005, p.73).

Para isto, ao administrar, faz-se necessário garantir que as ações sejam colocadas em prática pelos profissionais.

Diante dos pontos comuns apresentados pela intenção desta proposta, em compatibilidade com as metas subjetivas da gestão, vislumbro estabelecer ações de uma gestão participativa e, assim sendo, estará constituída uma permanente legitimidade do trabalho, realizado por todas as equipes envolvidas neste processo, alcançando os propósitos da missão desta Instituição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo foi elaborado com o intuito de ser um instrumento norteador das práticas pedagógicas nas dimensões socioeducativas da Política de Assistência Social, que se configura na proteção básica, especificamente no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

A investigação nos mostrou que toda instância educativa precisa saber qual a sua responsabilidade em contribuir para uma aprendizagem significativa e cidadã, pensada como uma *aprendizagem para a vida*, tendo em conta que um projeto é um plano para realizar-se algo que demanda planejamento na definição das estratégias e caminhos a serem seguidos. Logo, no âmbito das ações socioeducativas, esse conceito não é diferente.

Na perspectiva da assistência social, a proposta pedagógica para as ações socioeducativas é uma ação para compreender o sujeito em toda sua complexidade e, a partir de uma reflexão democrática e de participação, a equipe irá concretizar a construção desse planejamento, traçando metas e objetivos comuns, num processo contínuo e permanente.

Portanto, como um grande alicerce, o Projeto Político Pedagógico traduzirá a identidade das ações socioassistenciais e promoverá as articulações necessárias frente aos diversos desafios, com um trabalho socioeducativo comprometido com ações que representam mais que ampliar a carga horária da criança: ter forte influência no desenvolvimento social do infante, contribuindo para a segurança das famílias e cooperando com um bom desempenho educacional.

Com toda essa preocupação e embasamento, o PPP visa aproximar os atores envolvidos nesse processo, somando esforços para que crianças, adolescentes e jovens se tornem protagonistas de sua própria história, no contexto social em que estão inseridos e contribua, também, na proteção e na defesa de seus direitos, consolidando as práticas nos Centros Comunitários de Assistência Social.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Helena Machado de; MARTINS, Maria Anita Viviani. **Fazendo educação continuada**. São Paulo: Avercamp, 2005.

ASSAF NETO, Alexandre; ARAÚJO, Adriana Maria Procópio de; FREGONESI, Mariana Simões Ferraz do Amaral. **Gestão em valor aplicada ao terceiro setor**. 2005. 17 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

BANAS QUALIDADE (São Paulo). Banas Qualidade. **Como criar fluxogramas e documentos de processos de trabalho**. 2013. Disponível em: <<http://www.banasqualidade.com.br/2012/portal/conteudo.asp?codigo=16467&secao=Noticias>>. Acesso em: 06 set. 2016.

BRASIL. **Lei Orgânica da Assistência Social**. Disponível em: <www.planalto.gov.br/civil_03/leis/L8742.htm>. Acesso em: 28 ago. 2016

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (Org.). **Tipificação Nacional de Serviço Socioassistencial**. 2014. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2016.

CENPEC (São Paulo). **Parâmetros das Ações Socioeducativas - O Trabalho Socioeducativo com Crianças e Adolescentes**. 2007. Disponível em: <<http://www.old.cenpec.org.br/biblioteca/acao-comunitaria/producoes-cenpec/parametros-das-acoes-socioeducativas-o-trabalho-socioeducativo-com-criancas-e-adolescentes>>. Acesso em: 05 set. 2016.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários**. 43. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011. 143 p.

GRACIANI, Maria Stela Santos. **Pedagogia Social**. São Paulo: Cortez, 2014. 205 p. **LINHAS CRÍTICAS: O grupo no processo educativo**. Brasília: Universidade de Brasília, v. 4, n. 7, 8 jul. 1998.

LBV - LEGIÃO DA BOA VONTADE (São Paulo) (Org.). **Para a Legião da Boa Vontade, educar alimenta o futuro!** 2015. Atualizado em 01/04/2016 às 09h00. Disponível em: <<http://www.lbv.org/volta-as-aulas/para-a-legiao-da-boa-vontade-educar-alimenta-o-futuro>>. Acesso em: 05 fev. 2015.

SÃO PAULO. Governo do Estado. Secretaria do Desenvolvimento Social (Ed.). **Assistência Social: Sistema Único de Assistência Social - SUAS**. 2016. Disponível em: <http://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/portal.php/assistencia_sistema>. Acesso em: 5 abr. 2016.

SÃO PAULO. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social. **NOBRH/SUAS**. 2009. Disponível em:

<www.mds.gov.br/cnas/politica-e-nobs/nob-rh_08-08-2011.pdf/ download>. Acesso em: 17 ago. 2016.

SÃO PAULO. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social. **LOAS**. 2009. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/LoasAnotada.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2016.

SÃO PAULO. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social. **Caderno de orientações: PAIF / SCFV**. 2016. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/assistencia_social/cartilha_paif_2511.pdf>. Acesso em: 05 set. 2016.

SÃO PAULO. Prefeitura de São Paulo. Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social. **CRAS - Centro de Referência de Assistência Social**. (20..). Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia_social/cras/index.php?p=1906>. Acesso em: 17 ago. 2016.

VEIGA, Ilma Passos da. **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva**. In: VEIGA, Ilma Passos da (org.). Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. Campinas: Papyrus, 1998. p.11-35.